TERTÚLIAS PEDAGÓGICAS NO PAMPA: (RE)CONSTRUÇÃO DE SABERES E FAZERES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Leilane Castro Guedes [1]

Francéli Brizolla [2]

Érica Flávia Gonçalves Pedruzzi Lopes [3]

Thaís Canto Peres [4]

Catiucia Anselmo Funari [5]

Claudete Da Silva Lima Martins [6]

Resumo:

O movimento mundial pela educação inclusiva é um ato político, cultural, social e pedagógico, e defende o direito de estudantes conviverem e aprenderem sem sofrer qualquer discriminação. Dessa forma, o projeto de extensão "Tertúlias pedagógicas inclusivas no Pampa" constitui-se em uma proposta voltada à formação continuada de professores no âmbito da escola comum inclusiva. O objetivo das tertúlias pedagógicas consiste em oportunizar um espaço formativo para a discussão, problematização, socialização e valorização das práticas pedagógicas inclusivas realizadas pelos professores, na perspectiva da educação inclusiva. É através desse espaço formativo dialógico que aconteceu uma das ações de formação continuada do projeto, intitulada "#TodosInclusiveEu: Por uma educação inclusiva", que ocorreu na UNIPAMPA campus Bagé-RS. A partir desta ação foi possível a coleta de dados, para o presente trabalho, através de questionários respondidos pelos participantes da atividade. Dados esses, que foram tratados e analisados possibilitando traçar o perfil da amostra e entender suas expectativas, motivações, reflexões e evidenciar os resultados esperados pelos participantes. Assim, foi possível concluir que os estudos sobre educação inclusiva têm tido avanços e o movimento e entendimento da necessidade de formação continuada, por parte dos educadores, vem se expandindo e ganhando força. Porém, ainda existem fatores que limitam a execução plena do atendimento educacional especializado e aplicação prática de modelos pedagógicos indicados. Sendo possível destacar, que o diálogo e o trabalho conjunto entre família e educadores é de extrema importância para efetividade de formações como a Tertúlia Inclusiva, que busca proporcionar maior qualidade e melhor atendimento no processo de ensino-aprendizagem, gerando equidade e inovação na educação, pois estas são indispensáveis.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Formação continuada de professores, Tertúlias pedagógicas

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

TERTÚLIAS PEDAGÓGICAS NO PAMPA: (RE)CONSTRUÇÃO DE SABERES E FAZERES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

[1] Aluno de graduação. lanee.guedes@gmail.com. Autor principal

[2] Docente. franbrizolla@gmail.com. Co-autor

[3] Aluno de graduação. ericapredruzzilopes@gmail.com. Co-autor

[4] Aluno de graduação. thaiscantoperes@gmail.com. Co-autor

[5] Aluno de graduação. catiucia27@gmail.com. Co-autor

[6] Docente. claudetemartins@unipampa.edu.br. Orientador

TERTÚLIAS PEDAGÓGICAS NO PAMPA: (RE)CONSTRUÇÃO DE SABERES E FAZERES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1 INTRODUÇÃO

O avanço nas questões sociais e científico-tecnológicas proporcionaram o avanço da ciência e da compreensão sobre os processos de desenvolvimento educacional, situação que permitiu o rompimento com padrões preestabelecidos no processo de ensino-aprendizagem. Neste contexto, diversos dispositivos legais desenvolveram-se para contribuir com a garantia de acesso à educação de todas as pessoas em variados níveis de ensino.

Como principais marcos desta evolução legal, podemos citar a Constituição Federal (1988), na qual os direitos de acesso e permanência à educação para todos os cidadãos foram estabelecidos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), uma década posterior, regulamentou a garantia de educação especializada para os aos alunos com deficiências, de forma transversal em todas as etapas e níveis da Educação brasileira. E, por fim, no ano de 2011, decreta-se o atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, na perspectiva da educação inclusiva (Decreto 7.611/2011).

O atual cenário da educação no Brasil tem se constituído em um campo de força ao movimento pró-inclusão, no qual diversos países já estão inseridos de forma ativa, e que procura uma melhoria na educação para que esta não seja segregadora e categorize pessoas de acordo com requisitos padronizadores, mas que contemple todas e todos, independente de suas limitações, além de não restringir a capacidade de convivência apenas entre pares (RIBEIRO, 2013).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) objetiva e fomenta o acesso, participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, reforçando o princípio da transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior. Mostra que a busca do movimento mundial pela educação inclusiva é um ato político, cultural, social e pedagógico, alicerçado no conceito de direitos humanos e que defende o direito de todos os estudantes conviverem e aprenderem sem sofrer qualquer discriminação.

A Declaração de Salamanca (1994) expõe que sistemas e programas educacionais devem ser designados e implementados pensando na diversidade, características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem dos alunos, nos quais escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituam-se em meios eficazes de combate a atitudes discriminatórias, através da criação de grupos acolhedores e composição de comunidade inclusiva, podendo alcançar educação para todos.

Para Carvalho (2000), o educador possui um papel muito importante no ato educativo integrador, porém para que haja um melhor desempenho, faz-se necessária a busca por conhecimentos que vão além do conteúdo a ser lecionado em sala de aula. É preciso que o docente vá além da transmissão de conhecimento e busque instrumentos por meio de formação inclusiva, pois auxiliará tanto no ensino-aprendizagem, como também, será possível enxergar a instituição de ensino como instituição social, com injustiças e desigualdade que precisam ser removidas.

Ações que colaborem com as instituições de ensino e possam apoiar docentes, famílias e escolas de pessoas com necessidades especiais, tornam-se indispensáveis, pois educar no contexto de diversidade é um processo árduo e exige, além de políticas e culturas inclusivas, a promoção de práticas pedagógicas que valorizem as diferenças pautadas no princípio da equidade e da inovação na educação.

Nesse contexto, o projeto de extensão Tertúlias Pedagógicas Inclusivas no Pampa, com sede na Universidade Federal do Pampa campus Bagé-RS, apresenta-se como uma formação continuada na perspectiva inclusiva e dialógica, para professores e equipes gestoras das escolas públicas municipais e estaduais, onde busca-se difundir e fomentar a concepção da escola comum inclusiva. Assim, justifica-se a necessidade de espaços que discutam e fomentem a implementação de práticas pedagógicas escolares inclusivas e inovadoras, tanto por meio da atuação dos professores das classes comuns, quanto por meio dos serviços e espaços do atendimento educacional especializado e, ainda, pela ação da gestão escolar. São esses espaços formativos que auxiliam e instrumentalizam os educadores para um processo ensino-aprendizagem mais proveitoso e trazem melhorias para os alunos com especificidades.

O presente trabalho visa apresentar uma das ações da formação continuada de professores no formato de *tertúlias pedagógicas*, intitulada "#TodosInclusiveEu: Por uma educação inclusiva", que ocorreu na UNIPAMPA campus Bagé-RS e buscou construir espaço formativo e possibilitar a aproximação e interação entre professores e discentes de diferentes Universidades com professores da Educação Básica. Na sequência são apresentados a metodologia, os resultados e discussões, as conclusões e referências usadas.

2 METODOLOGIA

O projeto de formação utiliza metodologia em perspectiva dialética, baseando-se na concepção de que o conhecimento se dá pela relação que o sujeito tem com o mundo e com as outras pessoas e, dessa forma, apresentar essa teoria em três dimensões compostas pela mobilização para o conhecimento, a construção e a elaboração da síntese do conhecimento (VACONCELOS, 1992) na qual será realizada uma abordagem qualitativa em que há classificações e análises dissertativas de um grupo ou organização, através de caráter descritivo (GIL, 2010).

Assim, ao longo do projeto são realizadas reuniões de trabalho, estudo e pesquisa sobre inclusão escolar para melhor embasamento, análise e compreensão da temática. Esses encontros ocorrem no formato de Tertúlias que, para Albuquerque e Galiazzi (2011), tem por definição o encontro de pessoas com objetivos em comum. No presente programa, as Tertúlias são desenvolvidas por meio de rodas de formação periódicas de grupos de pesquisa e comunidade interessada sobre o tema, onde é possível aprofundar e compartilhar conhecimentos.

O Programa Tertúlias desenvolve suas atividades prioritariamente na Universidade Federal do Pampa, campus Bagé-RS, e nos municípios das regiões de abrangências da referida Universidade. Também, realizam-se eventos e reuniões de trabalho no âmbito dos Grupos INCLUSIVE (UNIPAMPA/UFPR), GRUPI (UNIPAMPA), NEPCA (UFPEL) e Universidade do Minho de Portugal.

O público-alvo são docentes especializados e de classe comum, equipes gestoras das escolas públicas e professores das universidades envolvidas, discentes de cursos de graduação e de pós-graduação da UNIPAMPA, professores da educação básica, professores dos Grupos de Pesquisas INCLUSIVE e GRUPI, famílias e profissionais da área da saúde e educação que atendem alunos com necessidade de atendimento especializado. A carga horária total do programa é de 20h mensais desenvolvidas ao longo de março de 2018 a dezembro de 2021; constitui-se num organizador e catalisador das ações e projetos desenvolvidos na educação pública dos municípios envolvidos, com base em um plano de trabalho focado em implementação da escola comum inclusiva, subdividida em três eixos de ação: 1. Gestão de processos inclusivos; 2. Práticas Pedagógicas na perspectiva do Desenho Universal na Aprendizagem e 3. Acessibilidade Pedagógica.

Para fins de análise da Tertúlia em tela - #TodosInclusiveEu: Por uma educação inclusiva" - foi realizada uma pesquisa exploratória que, para Gil (2010), tem o objetivo de gerar um maior grau de familiaridade com a situação, para que se torne mais entendível ou que se possa ter uma conclusão. Conforme Gerhardt e Silveira (2009), também, é caracterizado como uma pesquisa participativa, pois há contato e assimilação entre a pessoa que está realizando a pesquisa e os participantes.

Os dados utilizados no presente projeto foram coletados durante a atividade através de questionários descritivos respondidos pelos participantes, e após foram tratados e analisados afim de delinear os pareceres sobre a Tertúlia.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A atividade de formação continuada do projeto Tertúlias Pedagógicas Inclusivas no Pampa, ocorreu no dia 24 de agosto de 2018, uma edição especial e comemorativa, pois o mês de agosto na área de educação especial é marcado pela Semana Estadual da Pessoa com Deficiência no RS (Lei Estadual 13.320/2009) e pela Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla (Lei 13.585/2017). As semanas objetivam promover ações inclusivas e de combate à discriminação e preconceito com pessoas que possuam deficiência.

Durante a formação, houve a participação de 66 pessoas, as quais responderam questionário distribuído no início do evento. Dentre elas, professores de educação básica e especializada, estudantes de graduação, pós-graduação e mestrado, integrantes de grupos de pesquisa com interesse voltado para as Necessidades Educativas Especiais (NEE) e inclusão escolar, além de atuantes da área de saúde, sendo algumas da cidade de Bagé-RS e outras de cidades vizinhas da região.

O questionário foi composto de questões abertas com o intuito de saber as motivações, reflexões e resultados evidenciados pelos participantes da atividade de formação continuada, evidenciando a metodologia dialética e suas três dimensões propostas por Vasconcelos (1992). Dentre os questionamentos para os respondentes, estão: local de atuação profissional; participação em formações anteriores no formato Tertúlias; metodologia interativa, além de questionamento sobre a importância da formação continuada para o trabalho pedagógico.

No primeiro momento da formação, a Tertúlia foi voltada a temática do Modelo de Atendimento à Diversidade (MAD) que, de acordo com Correia & Tonini (2012), é um modelo estruturado para atender não apenas discentes com NEE, mas todo e qualquer aluno que possua alguma necessidade especial, sendo essa, caracterizada por algum tipo de vulnerabilidade social e/ou racial, problemas educacionais, superdotação, dentre outras. Além disso, visa uma intervenção que se antecipa ao AEE, partindo de uma prevenção a partir dos primeiros sinais de necessidade de atendimento especializado. A segunda plenária da Tertúlia, por sua vez, abordou Políticas Públicas Educacionais, que é um elo entre a vivência de uma localidade e desígnios legais e que, por consequência, está atrelado a escola, pois esta é um ambiente onde a vivência local social se faz necessária, sendo assim o meio educacional reflete as políticas de maneira direta ou indireta (FERREIRA & NOGUEIRA, 2015).

A partir das respostas do questionário, pode-se perceber que conforme mostrado na Figura 1, entre os respondentes, 70,4% atuam em escola comum (EC), 7,4% em escolas com atendimento educacional especializado (AEE) e 22,2% ainda não atuam na área por ainda não ter finalizado a formação ou por ser de outras áreas, como a saúde. Dentre educadores de EC e AEE, 44% possuem pós-graduação, sendo que a maior parcela possui curso de especialização e 40,7% são atuantes no ensino fundamental.

Ainda com base nas respostas dos cursistas percebe-se que a maioria nunca havia participado de um encontro de formação continuada voltada à discussão da educação inclusiva por meio de Tertúlias e, dessa forma, tinham expectativas positivas em relação a

atividade e acreditavam que essa seria uma ótima oportunidade de conhecer a metodologia empregada no curso, além de conhecer e atualizar conceitos sobre NEE e AEE, refletir e trocar saberes.

Com o decorrer das plenárias, os participantes puderam refletir e evidenciar suas opiniões sobre a atividade através do questionário, assim, avaliando a metodologia adotada durante a formação como excelente suporte de entendimento que apresentava coerência, realismo, abrangência e fácil entendimento, elementos que favoreceram o diálogo aberto e incentivaram a participação dos cursistas, auxiliando nas reflexões e resultados esperados.

Mesmo considerando que os conceitos apresentados são efetivos, e devem ser aplicados para que a escola não seja um lugar gerador de exclusão, com apenas um único formato de educar, os cursistas ainda vêem dificuldade de uma aplicação plena do modelo apresentado nesta formação continuada e em outras formações.

Dentre as barreiras existentes na aplicação de práticas pedagógicas inclusivas, os educadores mencionam a falta de suporte das famílias dos alunos com NEE; falta de tempo para melhor desenvolvimento de materiais e recursos; salas de aula superlotadas que dificultam até mesmo o atendimento de alunos considerados regulares e, também, a falta de suporte por parte da equipe diretiva das escolas, que não prioriza a formação continuada e especialização de professores que atuam com educação inclusiva.

Os docentes, a partir do questionário, demonstram que o curso auxiliou a pensar sobre uma reconstrução pedagógica, trazendo modelos teóricos para construções aplicáveis e ampliação de conceitos e atuação, dando subsídios para repensar sobre práticas pedagógicas. Eles acreditam que, dentre os elementos potencializadores da educação inclusiva, a equipe pedagógica é fundamental, a qual deve proporcionar um trabalho colaborativo entre professores regulares e professores do atendimento educacional especializado, afim de melhorar o currículo das escolas e suas metodologias, otimizando o tempo de desenvolvimento de atividades para que os educadores possam buscar formação e aperfeiçoamento; por consequência, oferecer melhor atendimento e suporte para alunos com necessidades especiais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização da Tertúlia, foi possível concluir que os estudos sobre educação inclusiva têm tido avanços e o movimento e entendimento da necessidade de formação continuada, por parte dos educadores, vem se expandindo e ganhando força. Porém, ainda existem fatores limitantes que dificultam a execução plena do atendimento educacional especializado e aplicação prática de modelos pedagógicos indicados.

A sociedade tem lutado contra qualquer prática de segregação em todos os âmbitos, além dos grupos pertencentes a um histórico de exclusão terem maior apoio por parte de políticas públicas que garantem seus direitos sociais e de aprendizagem. Dessa forma, faz-se necessária a existência de programas de formação continuada na perspectiva dialógica para os educadores das pessoas com necessidades educativas especiais, de maneira a inseri-las no ensino regular, garantindo de fato que este seja inclusivo.

O diálogo e o trabalho conjunto entre família, professores regulares e professores de AEE é de extrema importância para efetividade de formações como a Tertúlia Inclusiva que busca proporcionar maior qualidade e melhor atendimento no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F. M.; GALIAZZI, M. C. A formação do professor em Rodas de Formação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 92, n. 231, p. 386-398, maio/ago. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

___. **Decreto n° 7.611,** de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 09 set. 2018.

___. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

___. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

___. **Lei de Instituição da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla**. Lei nº 13.585, de 26 de dezembro de 2017.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreira para aprendizagem:** educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

CORREIA, L. M.; TONINI, A. Avaliar para intervir: um modelo educacional para alunos com necessidades especiais. **Revista Educação Especial**, 2012, v. 25, n. 44, p. 367-382.

FERREIRA, L. A. M.; NOGUEIRA, F. M. B. Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas: plano nacional de educação. **Arquivo Brasileiro de Educação**, 2015, v. 3, n. 5. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/arquivobrasileiroeducacao/article/view/P.2318-7344.2015v3n5p102>. Acesso em: 29 ago. 2018.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

RIBEIRO, E. L. **A comunicação entre professores e alunos autistas no contexto da escola regular:** desafios e possibilidades. 2013. Dissertação (Mestre em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. **Legislação Relativa à Pessoa com Deficiência no Estado do Rio Grande do Sul**. Lei nº13.320, de 21 de dezembro de 2009. Rio Grande do Sul: 2009.
UNESCO. **Declaração de Salamanca** [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais]. Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Genebra, UNESCO 1994.

VASCONCELLOS, C. S. Metodologia Dialética em Sala de Aula. **Revista de Educação AEC,** Brasília, n. 83, 1992.